



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
Vara do Trabalho de Santa Inês - (98) 36531290 - vtsines@trt16.jus.br  
AVENIDA CASTELO BRANCO, 2442, CANECÃO, SANTA INES/MA - CEP: 65306-320.

## **EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL E INTIMAÇÃO**

**Dia 19/11/2024 às 10h00**

A Excelentíssima Senhora Doutora **Fernanda Franklin da Costa Ramos**, MMª. Juíza do Trabalho Titular da Vara do Trabalho de Santa Inês/MA, no uso de suas atribuições legais etc.

**FAZ SABER** a todos quanto o presente **EDITAL** virem, ou dele conhecimento tiver, que a **Vara do Trabalho de Santa Inês**, através do Leiloeiro Público Oficial contratado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, levará a Leilão Público, para alienação, nas datas, local, horário e sob as condições adiante descritas, os bens penhorados e descritos nos autos dos processos abaixo no **Anexo I** que segue.

**I. DATA DO LEILÃO:** Dia 19 de novembro de 2024, com início às 10h00min, pelo valor do maior lance oferecido.

**II. LOCAL:** Plataforma on-line [www.leilaovip.com.br](http://www.leilaovip.com.br).

**III. LEILOEIRO:** VICENTE DE PAULO ALBUQUERQUE COSTA FILHO, matrícula 12/96-JUCEMA, com endereço profissional na Av. Engº. Emiliano Macieira, n. 05, Km 07, Quadra C – Bairro Maracanã, São Luís/MA, telefone (011) 3093-5251, e-mail: [contato@hastavip.com.br](mailto:contato@hastavip.com.br).

### **CONDIÇÕES DA ARREMATAÇÃO:**

1. Os interessados na aquisição dos bens deverão ofertar lances pela Internet através do site [www.leilaovip.com.br](http://www.leilaovip.com.br), devendo para tanto efetuarem cadastramento prévio, em até 48 horas de antecedência do início do leilão, ressalvada a possibilidade de qualquer inviabilidade técnica.
2. Os lançadores poderão ser representados, desde que o representante seja habilitado por procuração com poderes específicos, sendo que no caso de pessoa jurídica, além desse instrumento procuratório, também deverão ser entregues cópia do contrato social e de eventuais alterações.
3. Estão impedidas de participar do Leilão Público as pessoas físicas e jurídicas que deixaram de cumprir suas obrigações em leilões anteriores, além daquelas definidas em lei.

4. O credor que não requerer perante o juízo da execução a adjudicação dos bens a serem leiloados antes da publicação do Edital, só poderá adquiri-los no Leilão Público na condição de arrematante, com preferência apenas na hipótese de igualar o maior lance ofertado e sem a exigência de exibição de preço, respondendo, porém, pelo pagamento da comissão do leiloeiro, ainda que o valor da arrematação seja inferior ao crédito.

5. Ficam fixados como percentuais mínimos a serem considerados como preço não-vil para lances relativos aos bens insertos neste Leilão Público os seguintes:

I – 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação;

5.1. Os percentuais acima poderão ser alterados a critério do Juiz da Vara do Trabalho de Santa Inês, levando-se em consideração o montante do crédito a ser garantido através do leilão, e, ainda, as dificuldades encontradas para alienação dos bens ao longo da fase expropriatória;

6. Qualquer lance em percentuais inferiores aos fixados no item 5 do presente Edital será considerado como preço vil e, por conseguinte, rejeitado, salvo se dentro dos parâmetros fixados pelo Juiz da Vara do Trabalho de Santa Inês ou seu substituto, consoante o disposto no item 6.1 acima.

7. Aceito o lance, o arrematante recolherá, no ato, a título de sinal e como garantia, parcela correspondente a, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor do lance, além do pagamento da comissão devida ao leiloeiro.

8. O sinal será recolhido através de guia de depósito judicial vinculado ao processo de execução e a respectiva Vara, em agência bancária oficial (CEF – Agência Santa Inês ou BB – Agência Santa Inês), sendo entregue ao lançador cópia da guia de boleto depósito judicial.

9. A integralização do total do lance deverá ser feita no primeiro dia útil seguinte ao do Leilão Público na mesma conta judicial de que fala o item 08 do presente Edital, sob pena de perda, em favor da execução, do sinal dado em garantia, além da perda também do valor da comissão paga ao leiloeiro, ressalvada a hipótese prevista no art. 903, § 5º, do Novo CPC (Lei n.º 13.105/2015).

10. Se a arrematação se der pelo credor e caso o valor do lance seja superior ao do crédito, a ele caberá depositar a diferença em 03 (três) dias contados do Leilão, sob pena de se tornar sem efeito a arrematação, na forma do § 1º do Art. 892 do Novo CPC (Lei n.º 13.105/2015).

11. Constituirá remuneração do leiloeiro:

I. Comissão de 5% (cinco por cento) do valor da arrematação, a cargo do arrematante;

II. Na hipótese de pagamento do valor da execução antes da realização da praça ou leilão, o leiloeiro receberá, de forma proporcional ao bem excluído da hasta pública, apenas as despesas que houver efetuado com a remoção, guarda e conservação dos bens, assim como as de edital de divulgação, devidamente comprovadas mediante a exibição da correspondente fatura/nota fiscal, tudo por conta do executado, acrescidas de juros e correção monetária definidos em lei.

12. Não é devida comissão ao leiloeiro na hipótese de anulada a arrematação ou se negativo o resultado do Leilão Público.

13. A comissão do leiloeiro lhe será paga mediante recibo em 03 (três) vias, uma das quais será anexada aos autos de execução.

14. Tratando-se de bem imóvel, quem estiver interessado em adquiri-lo em prestações poderá apresentar sua proposta por ocasião do Leilão Público, nunca inferior ao valor da avaliação ou nunca inferior ao valor mínimo estipulado no leilão único.

15. O pagamento parcelado será admitido mediante depósito, no ato da arrematação, de sinal correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do lance, sendo o restante garantido por hipoteca sobre o próprio imóvel.

16. O saldo do valor da arrematação será recolhido à mesma conta judicial que acolheu o sinal referido no item 15, em parcelas mensais não superiores a 30 (trinta), cuja definição caberá ao Juiz da Vara do Trabalho de Santa Inês quando da apreciação da proposta referida no item 15, bem assim no que se refere às datas de pagamento.

17. No caso de arrematação de bens imóveis, os arrematantes ficam isentos dos créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, salvo quando conste do título a prova de sua quitação, seja em hasta pública ou em alienação particular, estejam ou não inscritos na dívida ativa (art. 130, parágrafo único, do CTN), sub-rogando-se no preço da arrematação.

18. Também não será transferido ao arrematante eventual ônus relativo à hipoteca sobre o bem imóvel, conforme art. 1.499, VI, do Código Civil.

19. Não estão incluídos no rol das dívidas mencionadas no item 17, as quais ficarão a cargo do arrematante:

I. As despesas cartorárias de transferência e desmembramento, bem como o Imposto de Transferência de Bens Imóveis-ITBI;

II. Os débitos de INSS constituídos em razão da construção ou reforma do bem, de obras concluídas ou em andamento, desde que devidamente averbados do Registro de Imóveis competente;

III. As eventuais despesas relativas à restrição imposta por zoneamento ou uso do solo, inclusive aquelas decorrentes da Legislação Ambiental;

IV. Demais despesas referentes a alvarás, certidões, escrituras e registros, incluindo débitos relativos à regularização da denominação do logradouro e numeração predial junto aos órgãos competentes, conforme o caso.

20. Se o imóvel for arrematado durante a locação, o arrematante poderá denunciar o contrato, com o prazo de noventa dias para a desocupação, salvo se a locação for por tempo determinado e o contrato contiver cláusula de vigência em caso de alienação e estiver averbado junto à matrícula do imóvel. A denúncia deverá ser exercida no prazo de noventa dias contado do registro da venda, presumindo-se, após esse prazo, a concordância na manutenção da locação, tudo nos termos do art. 8º, caput e §2º, da Lei 8.245/91.

21. **Compete apenas ao interessado no bem, ou bens, eventual pesquisa de débito junto aos diversos Órgãos.**

22. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontrarem, não cabendo à Justiça do Trabalho e/ou ao Leiloeiro quaisquer responsabilidades quanto a consertos e reparos ou mesmo providências referentes à retirada, embalagem, impostos, encargos sociais e transporte daqueles arrematados. Sendo a arrematação judicial modo originário de aquisição de propriedade não cabe alegação de evicção, sendo exclusiva atribuição dos licitantes/arrematantes verificarem o estado de conservação, situação de posse e especificações do bem, ou bens, oferecidos no leilão. Qualquer dúvida e/ou divergência na identificação/descrição do bem, ou bens, deverá ser dirimida antes da efetivação do lance.

23. A(s) foto(s) que ilustra(m) a descrição do(s) bem(ns) constricto(s) não reflete(m) necessariamente o(s) seu(s) estado(s) atual(is) de conservação.

24. Encerrado o Leilão Público, dos bens arrematados serão emitidas certidões positivas pelo leiloeiro e subscritos pelo arrematante, enquanto dos bens que não lograram lanço serão emitidas, também pelo leiloeiro, certidões negativas.

25. Em nenhuma hipótese, salvo nos casos de nulidades previstas em lei, serão aceitas reclamações e/ou desistências dos arrematantes/adjudicantes ou alegações de desconhecimento das cláusulas deste Edital, para eximirem-se das obrigações geradas, inclusive aquelas de ordem criminal na forma dos artigos 335 e 358, ambos do Código Penal Brasileiro (“Todo aquele que impedir, afastar ou tentar afastar concorrentes ou licitantes por meios ilícitos, violência ou oferecimento de vantagem(ns), e, ainda, perturbar, fraudar ou tentar fraudar, a venda em hasta pública ou arrematação judicial, estará incurso nas penas que variam de dois meses a dois anos de detenção e/ou multa”).

**Caso as partes, por qualquer motivo, não venham a ser intimadas da data da realização do Leilão Público, dele ficam cientes pela publicação deste edital, bem como pela sua fixação em lugar costumeiro nesta Vara do Trabalho. Eu, EFREN LEITE DA CRUZ SEGUNDO, Diretor de Secretaria, digitei e subscrevi.**

Publique-se.

Santa Inês/MA, 11 de setembro de 2024.

**Fernanda Franklin da Costa Ramos**

Juíza da Vara do Trabalho de Santa Inês-MA

## ANEXO I

### 01) PROCESSO Nº 0016932-07.2022.5.16.0007 (CartPrecCiv)

Carta Precatória

**RECLAMANTE:** RAIMUNDO COSTA, CPF: 329.371.213-49;

#### **EXECUTADOS:**

- **AUTO POSTO ANA JULIA EIRELI-ME**, CNPJ: 23.358.065/0001-09, por seu representante legal;
- **RAIMUNDO ANTONIO VELOSO BRITO**, CPF: 269.002.543-49

#### **INTERESSADOS:**

- **AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS;**
- **7ª Vara do Trabalho de São Luís**, processo nº 0016704-89.2019.5.16.0022 (processo de origem);

**DESCRIÇÃO DO BEM:** **6.500 (SEIS MIL E QUINHENTOS LITROS) DE GASOLINA COMUM.**

**Consta do Auto de Reavaliação (fls. 31):** O valor do litro foi considerado em R\$ 5,00 (cinco reais), totalizando a presente penhora em R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais).

**DEPOSITÁRIO FIEL:** n/c;

**ÔNUS:** A **PENHORA** do bem encontra-se às fls. 26 dos autos.

**ENDEREÇO DO BEM:** Av. Saturnno Belo, nº 102, Centro, Penalva/MA, CEP: 65213-000;

**VALOR ATUALIZADO DA AÇÃO:** **R\$ 26.875,90**, em abril de 2020, a ser atualizado quando do efetivo pagamento.

**TOTAL DA AVALIAÇÃO DO BEM:** R\$ 32.500,00 (Trinta e dois mil e quinhentos Reais).

**VALOR DE LANCE MÍNIMO NO LEILÃO ÚNICO:** R\$ 16.250,00 (Dezesseis mil e duzentos e cinquenta Reais), correspondente a **50%** do valor da avaliação.

**Fernanda Franklin da Costa Ramos**

Juíza da Vara do Trabalho de Santa Inês-MA